

32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Grupo de Trabalho n° 13:

Desigualdades: dimensões e evoluções recentes

**A tensão entre cálculo e classificação
como dinâmica da exclusão social**

Paolo Totaro

A tensão entre cálculo e classificação como dinâmica da exclusão social

Paolo Totaro¹

Resumo

Como nos informa a lógica formal, cálculo e algoritmo são duas faces de uma mesma moeda. No entanto, o algoritmo sofre um descompasso das propriedades do cálculo quando lida com entidades irreduzivelmente ontológicas, tentando sua formalização através da classificação. Se, por um lado, as exigências do cálculo engendram a classificação, por outro se chocam com esta. Nas dinâmicas econômicas contemporâneas, o cálculo tende a excluir dos processos produtivos a rigidez da classificação (e os sujeitos nela envolvidos), mas promove a lógica classificatória no mercado e nos serviços públicos. A classificação, marginalizada na vida produtiva, é solicitada na vida privada, inserindo o indivíduo que se encontra socialmente desqualificado em um mecanismo que lhe confirma e amplifica a cada momento o valor negativo de sua condição.

Palavras-chave: Desigualdade social, pobreza auto-reprodutiva, recursividade dos processos sociais.

Abstract

As the formal logic informs us, calculus and algorithm are two faces of the same coin. Nevertheless, algorithm suffers a forcing of calculus' properties when it deals with irreducible ontological entities trying its formalization through the classification. If, on one hand, the requirements of calculus produce classification, on the other hand they shock against this one. In the contemporaneous economic dynamics calculus tends to exclude from the productive processes the rigidity of classification (and the subjects involved in it), but it promotes the classificatory logic in the market and public services. The classification, obsolete in the productive life, is requested in the private life, inserting the individual who is

¹ Doutorando em Ciências Sociais –UNISINOS (RS) – Brasil.
Professor de Matemática Aplicada – Ministero Istruzione – Itália.
E-mail: paolototaro@terra.com.br; ptotaro@bage.unisinos.br

socially disqualified into a mechanism that confirms and amplifies, at every single moment, the negative value of his condition.

Key words: Social inequality, poverty self-reproduction, recursivity of the social processes.

Introdução

Como pano de fundo deste trabalho, há a convicção de que a *lógica recursiva* desenvolveu e desenvolve um papel de grande alcance na representação e na construção do mundo moderno. Para entender o sentido exato dessa idéia, é necessário especificar que com “lógica recursiva” aludimos a formações culturais historicamente determináveis, isto é, ao conjunto das teorias científicas, princípios econômicos, tecnológicos e operacionais que se fundamentam no conceito de *função recursiva*. Como vamos ver mais adiante, as ciências das linguagens formais afirmam que o *cálculo com números* e o conceito de *algoritmo* são equivalentes, sendo ambos funções recursivas. Isto significa que, do ponto de vista aplicativo, tanto a representação matemática do mundo, quanto os processos formais pelo quais se pode agir *sobre e no* mundo têm uma origem comum e a função recursiva constitui essa origem. Esse resultado alcançado pelas ciências formais não pode ser descuidado pelas ciências sociais. Considerando seu possível significado sociocultural, ele não pode senão nos apontar que a *linguagem cognitiva dominante* (o cálculo matemático) e a *linguagem performativa dominante* (a lógica de processo pela qual se *produzem* e se *utilizam* muitos dos objetos de nossa vida quotidiana) têm uma lógica comum. A recursividade constitui essa lógica. Ela entra constantemente em nossa maneira de ver, produzir e utilizar as coisas.

Contudo, a equivalência entre função numérica e algoritmo se extravia no encontro da lógica recursiva com o meio social. Aqui ela sofre sua *degradação conceitual* na impossível tarefa de reduzir entidades propriamente ontológicas – como as pessoas e as ações humanas - a seus processos, gerando um descompasso entre as perspectivas abertas pelo cálculo e as suas realizações econômico-sociais, buscadas através da *classificação formal* das pessoas e de suas ações. Ao longo do *paper*, acompanharemos a dinâmica dessa tensão entre cálculo e classificação para desenvolver, na sua luz, uma análise da *auto-*

reprodução da exclusão social. Mas, antes, é preciso focar nossa atenção sobre o conceito de função recursiva, para destacar seu principal significado com referência à nossa perspectiva teórica. Fecharemos, portanto, esta introdução com uma breve digressão aparentemente distante do campo de interesse da sociologia.

Hofstadter (1994, p. 137), em seu livro de divulgação científica sobre as admiráveis propriedades da lógica formal e da teoria da computação, apresenta a recursividade como o “alocar-se de coisas entre coisas e suas variações”. Como, por exemplo, quando se encaixam ao infinito, uma na outra, as imagens refletidas por dois espelhos colocados um em frente ao outro. Mas quais são as regras que um processo deve respeitar para se chamar de recursivo? E, sobretudo, qual o princípio, o conceito que está à base da recursividade?

Cada processo recursivo pode ser reduzido a três *funções* (cf., por exemplo, Mendelson, 1981, p. 149-150). Duas destas, a função zero e a função de projeção, têm apenas a tarefa de proporcionar o primeiro termo do processo (*inicialização*), ao passo que a terceira, chamada de *função sucessora*, o constrói, gerando uma seqüência de valores “sucessivos” através de sua repetida aplicação ao valor anterior por ela mesma gerado. Os resultados produzidos pela função sucessora são construções exclusivamente lógicas: o conteúdo de cada passo seu é somente seu próprio operar. Por exemplo, o conceito de sucessor na teoria dos conjuntos (*ibidem*, p. 214) pode ser interpretado graficamente pela operação de *colocar entre colchetes* a seqüência a cada passo já construída. Assim, o sucessor do 0 (conjunto vazio) é $\{0\}$. O sucessor deste último é o conjunto que se obtém colocando entre colchetes os dois elementos já gerados, a saber, é dado pelo conjunto $\{0, \{0\}\}$. O sucessor deste, por sua vez, é $\{0, \{0\}, \{0, \{0\}\}\}$. E assim por diante.

Podemos, assim, concluir frisando a característica da lógica recursiva que é central para entender seu tipo de ação sociocultural: um processo recursivo, uma vez inicializado, não gera nada senão a própria repetição da operação. Nenhum elemento ontologicamente autônomo vai se acrescentando a cada passo seu ou, se por conteúdo considerarmos algo de *externo* ao operar lógico, podemos dizer, simplesmente, que ele *não produz qualquer conteúdo novo*.

1. O cálculo e o distanciamento espaço-temporal

A chamada racionalidade da modernidade poderia ser reconsiderada através de duas vertentes, que podemos chamar de *cálculo* e *classificação*. Elas são encontradas, na forma mais clara e distinta, em dois fenômenos sociais que – junto com a Reforma Protestante – Weber colocou no centro da modernização: o *capitalismo racional* e a *burocracia*. Com efeito, o primeiro tem seu guia no conceito de *lucratividade*, que é um princípio de cálculo; a segunda, na *lógica de processo*, que está fundada na formalização das operações conforme esquemas ordenados. Vamos considerar nessa seção o valor sociocultural do conceito moderno de cálculo.

Com a modernidade emerge uma nova maneira de considerar a realidade, que abre as portas à *modelização* matemática do mundo. O que é fundamental nessa passagem é que os “olhos da mente” enxergam, na experiência sensível e no agir prático, características *absolutamente numéricas* que a visão ingênua pré-moderna não conseguia enxergar. Acima de tudo, emerge a concepção do *espaço* e do *tempo* como extensões quantitativas que perpassam a natureza inteira. Para a *escolástica medieval*, o termo de referência do conhecimento era *o objeto individual* em sua unidade de matéria e forma (*sinolo*), nada podendo existir fora dele (*substância individual*). O espaço e o tempo eram concebidos apenas como atributos do objeto individual, a saber, o espaço como *o lugar* por ele ocupado e o tempo como a experiência do movimento ou mudança do objeto. Uma das conseqüências dessa concepção era que a *matemática*, sendo pura e perfeita, era confinada no mundo *ideal* do pensamento abstrato, por ser julgada inconciliável com a irregularidade e a imperfeição dos corpos materiais singulares.

Ao contrário, na física galileiana, o objeto individual não mais tem qualquer importância. O elemento interessante para a cinemática não é o *corpo* – que é reduzido a um simples “ponto móvel” –, mas o movimento em si como *relação numérica* entre medidas tempo-espaço² (Cassirer, 1973 e 1976). Os termos colocados em relação não são objetos,

² Essa passagem pode ser lida de forma clara na *transformação simbólica* que a geometria vive nas mãos de Galilei. Essa ciência, que na antiguidade estava ligada ao estudo da *forma* dos objetos, se torna *expressão de ligações numéricas entre dimensões físicas*. Nos estudos sobre o movimento uniformemente acelerado, por exemplo, os lados dos triângulos não representam mais apenas os elementos destes polígonos, mas as medidas

mas, sim, medidas tempo-espaço e o patrimônio do conhecimento não está nos termos das relações, mas nas relações em si. O espaço e o tempo, em suma, se oferecem como os *mediadores* entre o mundo apenas *mental* da matemática e aquele apenas *corpóreo* dos sentidos, pertencendo a ambos os âmbitos. Com efeito, de um lado, espaço e tempo representam dimensões lógicas, enquanto *completamente esgotáveis* na quantidade e no cálculo; de outro, dados intrínsecos e universais da experiência física. Por essa mediação do espaço e do tempo, a matemática sai de seu isolamento no mundo abstrato, para se tornar um potente instrumento de representação da realidade empírica.

Essa combinação sinérgica entre espaço, tempo e cálculo, não foi apenas um fenômeno do mundo teórico, mas teve seu correspondente no mundo prático³. A característica distintiva do capitalismo moderno está, justamente, na capacidade de representar o mundo econômico e de governar suas forças através de parâmetros numéricos. Weber (1999, p. 68-76) define o capitalismo racional, exatamente, como uma prática da “economia aquisitiva” fundada no *cálculo monetário*. Mas, na sua forma moderna, esse cálculo não fica limitado à contagem do dinheiro que possui o capitalista antes e depois de uma operação econômica - para apreciar o lucro por ela determinado -, mas se desenvolve em técnicas contábeis de controle do *valor atual* dos investimentos. Desde a idade protocapitalista, o problema maior era a avaliação do *valor* do capital disperso no *espaço* e no *tempo*, ao longo de diretrizes comerciais sempre mais distanciadas. Crosby (1999, p. 188-189) nos relata casos de investimentos na produção de tecidos de lã que viajavam pelo mundo por até três anos antes de voltarem como produto acabado. Nesse meio tempo, qual seria o valor do capital? Nas situações mais comuns, os investimentos eram múltiplos. O problema da avaliação, *hic et nunc*, do capital, de saber se o valor total dos investimentos marcava um ganho ou uma perda, era de importância vital para o mercador da Baixa Idade Média. Isso não somente para conhecer seu patrimônio em um dado momento, mas, sobretudo, para conhecer o «panorama» geral da lucratividade dos investimentos possíveis.

dos espaços e dos tempos percorridos. O que interessa, em suma, não é a *figura* em si, mas as relações matemáticas por ela representadas. Estas vão além do âmbito estritamente geométrico para ligar *os fenômenos dinâmicos do mundo empírico* com a mesma regra matemática que liga os elementos da figura (Galilei, 1980, vol. II, p. 727-768)

³ Seria possível até defender com força que o primeiro origina do segundo, sendo que a ciência dos séculos XVI-XVIII desenvolveu e sistematizou em um corpo teórico conceitos que já circulavam nos mercados e nas praças desde os séculos XIV e XV.

Só isso permitiria a *escolha* da estratégia empresarial visando à *máxima lucratividade*, que é o motor do agir capitalista. A solução do problema foi o balanço por *partidas dobradas*, em que, utilizando as palavras de Weber,

por medio de un determinado sistema de cuentas, se pone como base la ficción de procesos de cambio [...] y esta ficción es lo que permite técnicamente en su forma más perfecta el control de la rentabilidad de cada una de las medidas que pueden tomarse. (Weber, 1999, p. 70).

Giddens (2003, p. 179) destaca a presença, nessa técnica contábil, do conceito moderno de *espaço-tempo* quantitativo. A escrituração por partidas dobradas - diz Giddens, parafraseando o conceito de Weber -, atua como uma “espécie de máquina do tempo”, que transfere a empresa em cenários e momentos diferentes, permitindo, para cada um deles, a avaliação e a verificação das margens de lucro.

Portanto, no capitalismo racional moderno, o cálculo atua em dois sentidos opostos. Por um lado, como é notório, na busca “compulsiva” da máxima lucratividade, ampliando o mercado além de qualquer localismo e, por conseqüência, impondo o problema das *distâncias*; por outro, através do balanço e da contabilidade por partidas dobradas, reúne o valor do capital apesar de sua dispersão física no tempo e no espaço. Analogamente, na física moderna, o espaço e o tempo, como *dimensões coordenadas*, ultrapassam qualquer confinamento, mas não engendram mais o horror acarretado pelo conceito de “infinitude dos mundos” de Giordano Bruno, pois, enquanto abrem a porta sobre o abismo do infinito, permitem sua redução teórica a ligações numéricas estáveis (Cassirer, 1976).

Resumindo. O cálculo, nas práticas capitalistas e na física moderna, desenvolve *um papel análogo*. 1) Em ambos os casos, ele leva o espaço e o tempo além de qualquer confinamento local, de qualquer «unidade» ontologicamente determinada, mas, contemporaneamente, permite a *redução à unidade* e o *controle teórico* desse processo. 2) Por ele, aparece uma nova fonte de *certeza* teórica sobre o conhecimento empírico, que não é constituída pela *concretude* do objeto individual do mundo aristotélico, mas pela *evidência* lógica. Tanto na economia quanto na ciência moderna, a experiência do mundo não é mais uma representação

imediata de objetos «reais». Estes últimos se tornam puras quantidades, a saber, na economia, *valores*, e na física, *massas*; suas evoluções sendo descritas através de modelos numéricos proporcionados pelas *dimensões coordenadas* do espaço e do tempo.

Giddens (1991) aponta, de forma clara, a evolução social que acompanha a nova concepção do tempo-espaço. Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o tempo constituíam uma unidade existencial graças a suas referências com o “lugar”. Os momentos que marcavam a vida cotidiana, pelo menos para a maioria da população, vinculavam sempre tempo e lugar; “«quando» era, quase universalmente, ou conectado a «onde» ou identificado por ocorrências naturais regulares” (*ibidem*, p. 25-26). Pela invenção e difusão do relógio mecânico, começa o processo de separação do tempo e do espaço da referência “lugar”. Com o relógio, de fato, ganha vida “uma dimensão uniforme de tempo «vazio»”. De um tempo que agora se destaca das recorrências naturais e religiosas, segue, necessariamente, um espaço desligado dos lugares de tais recorrências, adquirindo, ambos, a conotação de dimensões representáveis apenas *quantitativamente* (*ibidem*, p. 26). Essa concepção, rompendo a unidade ontológica do lugar, leva as relações sociais para fora dos contextos locais de interação, mas, ao mesmo tempo, as reestruturam “através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. Se as “fichas simbólicas” (como o dinheiro) e os “sistemas peritos” (sistemas possuidores e elaboradores de conhecimento abstrato), por um lado, descontextualizam as relações sociais impelindo-as rumo um progressivo “distanciamento espaço-temporal”, por outro viabilizam sua recomposição nesse novo plano distanciado, outorgando instrumentos de mediação cultural e tecnológica (*ibidem*, p. 29 e seg.).

Cabe, porém, destacar que o papel desenvolvido pelo cálculo fica em parte descuidado na análise de Giddens. Dessa forma, toda cultura do cálculo do tempo poderia ser reduzida a uma simples *conseqüência* da introdução do relógio na vida social. Na realidade, essa idéia de que a afirmação da lógica de processo foi um *efeito* da invenção e da difusão das máquinas é um equívoco determinista sem fundamento. Como nos relata Carlo Cipolla (2005), os relógios e as lentes ópticas figuravam entre os poucos produtos que interessavam à China culta e refinada encontrada pelos mercantes europeus dos séculos da modernização; mas, de forma admirável, tratava-se apenas de *um interesse de tipo lúdico*:

Enquanto os europeus empregavam as lentes para construir microscópios, telescópios e óculos, os chineses se divertiam usando-os como brinquedos encantados. Igual comportamento tiveram com os relógios. Lentes, relógios e outros instrumentos foram inventados na Europa para satisfazer exigências experimentadas por um específico ambiente sociocultural. Na China, essas invenções apareceram de repente e de forma casual e os chineses as consideraram como estranhezas divertidas. (*Ibidem*, p. 71).

Os chineses da época entendiam bem a utilidade prática de construir máquinas para a irrigação, mas não entendiam o interesse que os europeus tinham para as invenções em geral; na China, estas eram consideradas, na maioria dos casos, como “aparelhos esquisitos e complicados, concebidos pelo prazer dos sentidos” e que “não correspondiam a nenhuma necessidade fundamental” (*ibidem*, p. 72). Na ausência de uma cultura orientada à quantificação e à mecanização como valores em si, o relógio não podia ser interpretado e usado da mesma forma como isso aconteceu no Ocidente proto-industrial; não podia alcançar o mesmo sentido social e o mesmo destino. Em geral, para uma máquina adquirir um *significado social* que a conceba como objeto *útil* e, com isso, alcançar uma difusão na sociedade, é preciso que a atividade na qual ela seja inserida já tenha sido organizada em processos ordenados *formalmente*, a saber, “é necessário que primeiramente os próprios homens se tornem mecânicos” (P. G. Walker, citado em Cipolla, 1984, p.205).

Embora seja inegável o papel central do relógio mecânico para a afirmação na vida cotidiana da idéia de tempo quantificado, a própria cultura do cálculo (e da formalização dos processos) foi uma condição e não uma consequência da aparição e da difusão dessa “máquina do tempo”. Sem salientar isso, há o perigo de centrar a atenção apenas no retorno social da máquina, desconhecendo os processos socioculturais mais profundos que permitiram sua existência.

2. A tensão entre cálculo e classificação na lógica burocrática

A organização das operações em *processos formalizados* é o correspondente *prático* do cálculo. Adequar as práticas operativas às exigências do cálculo significa, antes de mais nada, produzir um esforço ordeiro tendente a torná-las encaixáveis em esquemas *abstratos*. Já em época protocapitalista, essa ligação aparece de forma clara. Enquanto, no século XIV, os relógios faziam suas raríssimas aparições na Europa (como sinos tocados por aparelhos mecânicos em intervalos regulares), já muitos “sinos de trabalho” – tocados a mão – tentavam impor ritmos formais ao povo dos laboratórios artesanais e, em geral, ao trabalho manufatureiro (Le Goff, 1980, p. 61-73). Entre as necessidades da nascente economia baseada sobre o cálculo do capital, teve um papel central a difusão do conceito de tempo entendido como *routine*. Com a formação de uma rede comercial, o tempo do mercador da Baixa Idade Média se afastava do tempo da maioria de seus contemporâneos – representado pelas temporadas e pelas recorrências religiosas – para se transformar naquele de uma viagem de um mercado para outro e no tempo das oscilações dos preços. Para ele, então, a *regularidade* nos tempos de abastecimento da mercadoria já era uma condição imprescindível para aproveitar as dinâmicas do mercado e tentar maximizar os lucros. Portanto, tornava-se necessária uma *classificação* dos tempos de trabalho tendente a garantir ordem, uniformidade e continuidade (*ibidem*, p. 51-54). Em outras palavras, já emergia em toda evidência que a *mediação* entre o mundo *abstrato* do cálculo do capital e o mundo *prático* das operações da produção podia ser garantida apenas pela *lógica de processo*.

A ligação entre cálculo e processo não se apóia apenas em averiguações de tipo histórico, mas, sim, é confirmada pelas teorias das ciências formais. A lógica formal descobriu que o conceito de *algoritmo* (termo que designa um processo governado apenas por regras formais) e o conceito de *função numérica* são entre eles *equivalentes*, enquanto ambas são *funções recursivas*. De fato, por um lado, a *Teoria formal dos números* demonstra que o conjunto das funções numéricas coincide com o conjunto das funções recursivas e, por outro, a *Tese de Church* estabelece que essa mesma coincidência existe entre as funções recursivas e os algoritmos (cf. Mendelson, 1981, p. 151 e p. 275). Então, há a mesma lógica nos cálculos com números e nos algoritmos e tal lógica não é algo obscuro e indeterminado,

mas remonta ao conceito de função recursiva, a saber, a um conceito definido exatamente. É demonstrado que ele está na base de qualquer formalização operativa, *tanto que se trate de cálculo no sentido comum da palavra, como de uma operação formalizada que lide com objetos não numéricos.*

Porém, no mundo social, as funções recursivas apresentaram diferenças entre o fenômeno do cálculo e o da formalização dos processos. Enquanto o cálculo lidou com unidades abstratas completamente reduzidas a quantidades – e, portanto, completamente «esgotáveis» na lógica da recursividade, como tempo, espaço, massa e valor –, os processos formalizados lidaram com pessoas e ações, isto é, com *unidades ontológicas* irreduzíveis, de forma completa, a dinâmicas exclusivamente *lógicas*. O instrumento para tentar moldar entidades vitais a uma lógica abstrata foi a *classificação*. Já nos primórdios da mentalidade moderna essa tentativa apareceu como uma *coação*. A simples classificação dos momentos principais do dia de trabalho – o começo, o fim e a interrupção para o almoço – bastou para provocar profundas divergências sociais. Às vezes, aos atos administrativos que impunham a instalação de sinos nas torres das cidades, com o objetivo específico de marcar aqueles tempos básicos, seguiram-se deliberações em sentido invertido, pelas quais se permitia “acabar o trabalho quando quiser” ou se prometia suspender para sempre os toques do sino para que “não nascesse mais escândalo nem conflito na cidade e na igreja” (Le Goff, 1980, p. 64-65). Ao final, como documentado por Thompson (1967), a cultura do trabalho como *disciplina formal* estritamente *temporizada* se impôs, entre os séculos XVII e XIX, sobre aquela *orientada por tarefas*, típica da dimensão de comunidade, somente através de uma longa atividade de aculturação moral e de obrigações políticas, gerando assim o ideal performativo constituído pela *organização burocrática*.

O choque entre o “fator humano” e a lógica burocrática não depende das relações de produção capitalistas em si mesmas. Isso hoje aparece evidente. Em primeiro lugar, porque, como já prognosticado por Weber⁴, no mundo socialista o sofrimento social causado pelo domínio organizacional das “cadeias de comando” e das “cadeias de montagem” não foi, e não é, menos agudo do que o do mundo capitalista. Em segundo lugar, porque, como vamos

⁴ “[...] el desmontaje del capitalismo privado no significaría en modo alguno la ruptura de la jaula de hierro del moderno trabajo fabril.” (Weber, citado em Habermas, 1987, p. 481)

ver mais adiante, hoje é o próprio capital a se dar conta de que a *rigidez* da classificação burocrática é um obstáculo para seus planejamentos. O choque entre o fator humano e o modelo burocrático é causado, antes, pela contradição interna desse modelo, o qual implica, através da classificação, a inserção de elementos ontológicos em um processo que pretenderia ser recursivo e que, por conseqüência, não deveria admitir conteúdo autônomo nenhum, conforme esclarecemos na introdução. A teoria clássica da organização (para nos fazer entender, aquela inspirada em Taylor e Fayol) atuou na tentativa de algoritmizar o trabalho, mergulhando no equívoco de que a classificação burocrática constituiria a forma certa para transferir, no campo performativo, as conquistas que o cálculo alcançou no campo cognitivo. Na sua intenção, a redução do elemento humano a peças da máquina produtiva permitiria maximizar sua *eficiência*, pois o funcionamento de uma máquina é governável pelo cálculo. Mas esse princípio entrou em crise, justamente, pela sua *ineficiência*. Emergiu de forma clara que é a própria pretensão de classificar o trabalho humano, para reduzi-lo a unidade de cálculo, a gerar desperdício (ver, por exemplo, Seznick, 1948, Blau, 1956 e Blau & Scott, 1962). Finalmente, a teoria da organização trouxe à tona - na esteira dos conceitos de Porter (1985) de “cadeias de valor” e “sistemas de valor” - a existência de significativos valores agregados ligados à *partnership* (VAPs) e ao trabalho em horizontal (Johnston & Lawrence, 1988), a saber, a lógicas opostas àquela da burocracia.

A classificação não tem nada de contraditório até o ponto em que ficamos no plano ontológico. De fato, constituindo ela a origem da representação espontânea do mundo, outorga toda certeza de tipo *imediato*. Bourdieu (2007) esclarece muito bem esse conceito. A eficácia do *habitus* decorre, justamente, do fato de seus esquemas de *classificação* da realidade atuarem antes do plano do discurso, antes da reflexão consciente. Eles, sendo o resultado da incorporação inconsciente das práticas sociais, organizam a experiência do mundo - e nossa postura no mundo - de forma igualmente espontânea, «automática», constituindo a fonte originária da *certeza ontológica*. O fato de a classificação gerar contradições está ligado à pretensão de inseri-la nos processos recursivos, que não admitem conteúdo ontológico nenhum. Isso aconteceu sob a pressão das exigências da cultura dominante, que foi - e continua sendo - cultura de cálculo.

Portanto, está errado representar, como faz Bauman (1999), por exemplo, as contradições da classificação fora dessa tensão com o cálculo e identificar, simplesmente, com ela a modernidade e o fracasso de seus projetos. A argumentação de Bauman se move ao redor do conceito de que a classificação deixa sempre áreas de “ambivalência”, que voltam de forma mais «obstinada» e solapadora quanto maior for o esforço para eliminá-las. Mas essa leitura colhe somente um aspecto das características que marcam a racionalização. Com efeito, os limites desta última não atingem o cálculo quando é aplicado a entidades - como o espaço, o tempo, o valor de troca e a massa física - que se «dissolvem» completamente na quantidade. Aqui, a redução formal não gerou ambivalência alguma, alcançando até o *detalhe infinitésimo*. A tentativa de calcular o valor da velocidade ou da aceleração por intervalos de tempo «pequenos» quanto se queira, não encontrou qualquer área de ambivalência. Ela produziu o conceito matemático de função *derivada*, pela qual se tornam determináveis os valores do movimento de um corpo em um tempo *instantâneo*, isto é, no menor intervalo de tempo imaginável. O que aparecia uma insanável contradição (no instante o tempo deveria desaparecer e, com ele, o movimento) encontrou uma solução justamente pelo cálculo ser capaz de se aproximar infinitamente a um valor *limite*, até lhe permitir indicá-lo com exatidão. Analogamente, na economia os conceitos da *utilidade marginal* se baseiam na capacidade do cálculo diferencial de detalhar os parâmetros do último de uma sucessão de bens tão extensa quanto se queira. O detalhe, que constituiu um obstáculo irreduzível para a classificação, representou a passagem fundamental para a descrição matemática da natureza. Mesmo considerando os problemas de *indeterminação* com os quais chocou a física subatômica, o cálculo continua sendo a única via de saída. De fato, emerge de forma sempre mais clara que tais dificuldades dependem de representações *intuitivas* dos dados. A física está progredindo muito na superação dos problemas quânticos exatamente *deixando de lado todo conteúdo ontológico* ainda presente em suas teorias e confiando exclusivamente no cálculo, a saber, não mais se limitando a trabalhar com apenas quatro dimensões do espaço-tempo – aquelas das quais temos experiência e que conseguimos «visualizar» -, mas, sim, com um número maior delas (dez dimensões), que são definíveis exclusivamente como parâmetros matemáticos não sendo representáveis a nossos sentidos e a nossa imaginação (Kaku, 2004).

O cálculo pode agir em uma condição de potencial coerência lógica, enquanto a classificação, perseguindo os cenários outorgados pelo cálculo, age em um permanente conflito entre a dimensão lógica e a ontológica. David Harvey (1992) ilustra como o cálculo da lucratividade impeliu uma constante aceleração do “tempo de giro do capital” (o tempo de produção associado com o tempo de circulação da troca), conforme o princípio: “quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido” (*ibidem*, p. 209). Essa “compressão” dos tempos - continua Harvey – viu-se acompanhar, de forma inevitável, de uma compressão do espaço, consistindo na eliminação de todas as barreiras que atrapalhavam a velocidade de circulação da mercadoria. A “racionalização” do espaço e do tempo permitiu entrever sempre novas possibilidades de se tornar mais velozes e estendidos a produção e o comércio e disseminou uma visão do mundo flexível a respeito dessas exigências. Contudo, o impulso da economia nessa direção se realizou de forma descontínua e foi marcada por crises periódicas, enquanto as estruturas físicas e o trabalho humano representaram sempre, para ela, elementos persistentes de rigidez (*ibidem*, p. 210). Em geral, as argumentações de Harvey estão perpassadas pelo conceito de que a modernidade teve sempre que lidar com a discrepância entre as exigências dinâmicas do capital e as formas fixas da realidade concreta na qual a racionalização era obrigada a se cristalizar. Em outras palavras, a lógica recursiva, quando tenta de formalizar o fator humano, acaba por cristalizar os processos operativos, gerando, em sede de classificação, aquela rigidez que não sustenta em sede de cálculo.

3. A recursividade da desigualdade social

a) *As conseqüências sociais da «purificação» lógico-recursiva da economia*

Há um enunciado na *Teoria da computação* que afirma que qualquer sistema recursivo pode ser expresso por uma linguagem de apenas dois signos gráficos (Davis, 1974, p. 139). A saber, pode ser expresso na linguagem de 1 e 0 dos calculadores. Na base dessa propriedade, hoje, a lógica recursiva se expande sempre mais no mundo da troca das informações e do conhecimento. Até as imagens se tornam, pela digitalização, objetos

recursivos. Por essa revolução, a economia é sempre mais ligada à produção de informações e conhecimentos, estendendo o domínio do cálculo e desqualificando sempre mais as cristalizações da classificação. As competências ligadas, por certa rigidez, a um determinado passo de um processo configuram hoje grupos sociais que *perdem progressivamente utilidade social*, ao passo que as competências na captura, elaboração e transmissão das informações e conhecimento configuram grupos sociais bem integrados no desenvolvimento econômico (Lash, 1997, p. 156-163).

Na época da “acumulação flexível do capital” (Harvey, 1992), o cálculo se destaca sempre mais da «contaminação» com os objetos concretos. James Roderick, presidente da US Steel, disse, ainda em 1979, que “os dirigentes da empresa devem fazer dinheiro e não aço” (*ibidem*, p. 150), aludindo com isso à necessidade de os investimentos se livrarem da ligação com um determinado *target* de produção. Nas últimas décadas, através da prática das fusões industriais, mas, sobretudo, através de um complicado sistema de empreitadas e *counseling*, o trabalho «rígido» e especializado está sempre mais se deslocando para pequenas empresas que têm grande liberdade de iniciar ou encerrar uma atividade e de mobilizar os trabalhadores, tornando o grande investimento algo de abstrato das determinações concretas. Este último pode mudar com facilidade seu mercado de referência e a forma organizativa da produção redirecionando os fluxos financeiros a empresas contratadas no setor e na área geográfica mais lucrativas no momento (*ibidem*, p. 135-162). O resultado é uma *separação* entre os grandes investimentos e as pessoas que são envolvidas por eles.

Então, tanto o capital quanto o trabalho (que lida sempre mais com símbolos de tipo informacional) se destacam progressivamente de objetos e pessoas como entidades ontológicas. Para entender o sentido desse processo nos termos mais gerais, deve-se lembrar o que afirmamos na introdução, a saber, que a função recursiva não tem conteúdo ou objetivo *material* algum. *Seu único conteúdo é sua própria lógica de construção do processo*. È exatamente isso o que está acontecendo com o capital e o trabalho. Estes se tornam sempre mais próximos à lógica recursiva em sua forma pura, deixando de ter conteúdos materiais. O capital não tem mais rosto, lugar, tempo, *target* de produção. Como diz Bauman (2001, p. 170-178), ele é “volátil”, viaja com uma maleta 24 horas e muda de

lugar na hora através de *note books* e telefones celulares. O trabalho, por sua vez, não tem objetos materiais, mas virtuais (em última análise, funções numéricas), é sempre menos classificável e duradouro, não tem mais um adversário social, nem um companheiro de luta no membro da classe operária. Ambos aparecem como dissolvidos em mecanismos sociais abstratos, demasiadamente complicados para serem entendidos e que não coincidem com pessoas e grupos sociais materialmente representáveis. Parecem se confundir com a «lógica do sistema».

Por consequência, há uma perda evidente de referenciais sociais. O trabalho, marcado pela precariedade e pela insurgência contínua de formas abstratas de competência profissional e pela obsolescência do trabalho «rígido», causa insegurança e perigo constante de deriva social. A pesquisa sociológica promovida pela comunidade europeia não fala mais de desigualdade como de posições estáticas na pirâmide social, mas como de processos *dinâmicos*, trajetórias de vida que “conduzem alguns indivíduos a um acúmulo de desvantagens (*handicaps*) e outros a um acúmulo de vantagens” (Paugam, 1999, p. 50). A “exclusão social” não pode mais ser estudada sem ser complementada com conceitos como o de “desqualificação social” (*ibidem*, p. 60), que remetem à idéia de uma progressiva saída da condição de segurança socioeconômica. Nos bairros operários não há mais o cimento social da solidariedade de classe. O deslocamento das indústrias ao redor das quais eles foram edificados, além de ter gerado consequências econômicas, determinou perda de sentido social e de laços solidários:

Nas áreas em que as indústrias têxteis, metal-mecânica, automobilística, química ou siderúrgica fecharam suas portas, os moradores que puderam sair, assim o fizeram, lá permanecendo aqueles que não tinham a alternativa de partir destes bairros, que passaram a ser chamados de “difíceis” ou “sensíveis”, para permanecer nas designações oficiais mais frequentes. Nessa conjuntura acirrada nos anos 1980 e 1990, desarticulam-se as formas associativas que sedimentavam identidades assentadas no trabalho assalariado e na vida comunitária: trata-se de um enorme processo que Castel denomina crise da sociedade salarial. (Kowarick, 2003, p. 71).

Estas áreas urbanas, que se originaram sob o impulso da grande indústria “fordista”, agora, na época da acumulação flexível, vêm se expandir “o tédio, a chatice e o vazio da existência”, que em certas ocasiões levam, nos jovens, à ira e ao ódio generalizado, explodindo em incontrolada violência urbana. Jovens desempregados ou trabalhando de forma precária, “saltitando de estágio em estágio profissional”, que assumem comportamentos caracterizados “pela falta de civismo em relação à família, à escola, ao prédio e ao bairro em que vivem”, expressam pela rebelião violenta um desespero que não reivindica nada, que se dispersa em “agitações sem objeto” (*ibidem*, p. 71-72).

Aqui, porém, cabe uma pergunta central. Verdadeiramente esse “ódio generalizado” tem sua raiz em um “vazio da existência”, sem um objetivo específico? As formas de rebelião expressadas pelas populações excluídas ou envolvidas em um processo de desqualificação social parecem ter um marco comum. Não será que esse marco é a *rejeição da classificação* entendida – como nesse *paper* – enquanto degradação conceitual e social da cultura lógico-recursiva? A exclusão social está presa numa morsa constituída, de um lado, pelo cálculo do capital e, de outro, pela classificação burocrática e consumista: o primeiro, como já vimos, gerando rápida e mudável obsolescência das figuras sociais; a segunda, atraindo esses indivíduos «obsoletos» na área da exclusão, bem como ancorando os já excluídos a essa condição. Nas próximas seções, vamos analisar como essa ação de aceleração e estabilização da exclusão é feita pela classificação através de círculos viciosos encaminhados pela burocracia e pelo consumo.

b) Os círculos viciosos da burocracia e do consumo

O resultado característico da degeneração classificatória é a produção de *círculos viciosos*, que deixam suas «vítimas» sem possibilidades de saída. Já com referência às contradições da burocracia, Crozier (1981) destacou de forma aprofundada esse ponto. No mundo social, uma máquina lógica outorga liberdades *materiais* muito amplas nos «vazios» que a classificação formal *inevitavelmente* é obrigada a deixar. É nesses vazios que germinam e se desenvolvem processos *informais* e estratégias *personais* de poder que

contradizem os princípios recursivos. Por conseqüência, os indivíduos que estão mais subordinados à lógica do processo se encontram numa posição de vulnerabilidade maior, não somente frente às regras formais, mas também frente a tais poderes informais. O que gera os círculos viciosos é a resposta da lógica burocrática visando a obrigar os elementos que ainda escapam do algoritmo a ele regressar. De fato, permanecendo naquela lógica, não é possível enfrentar as disfunções senão exasperando aquela própria formalização que - incapaz de ter em conta o “fator humano” - constitui a origem dos poderes informais que queria combater, os quais, assim, vêm-se reforçar as condições de sua formação e enraizamento. Por conseqüência, há uma acentuação do distanciamento entre o âmbito formal e o material. Em virtude disso, quem estava já «petrificado» na classificação e fora dos poderes informais vê, ainda mais, acentuar-se essa sua condição, isto é, os indivíduos mais socialmente fracos se tornam ainda mais fracos.

Ora, a verdadeira força de penetração da lógica burocrática não decorre da submissão dos funcionários a seus algoritmos, mas por ser veiculada fora das organizações através da atividade de serviço ao cidadão⁵ (ou ao cliente). Portanto, embora o mundo da grande indústria esteja desaparecendo e a organização rigidamente formalizada da produção de bens materiais esteja em crise, a ação da administração pública e privada continua difundindo a lógica da classificação (e os círculos viciosos que a caracterizam)⁶ em medida tanto maior quanto maior for a abrangência de seus serviços.

Mas a lógica da classificação invade hoje a sociedade através também de outro canal, representado pelo *consumo*. Como foi destacado pela escola de Frankfurt, o mecanismo que transfere a lógica classificatória da organização para a sociedade em geral funcionou, na

⁵ Quando Weber (1999, p. 741) diz que “a burocratização é o meio específico para transformar um “agir de comunidade” em um “agir social” ordenado racionalmente”, não se refere apenas a sua capacidade de submeter a regras formais os funcionários e os empregados que trabalham em suas repartições, mas, sobretudo, a de transferir essa submissão aos “dominados”. O “nivelamento” para um tratamento igualitário dos cidadãos, característico da burocracia, representa a repercussão social da exigência da lógica algorítmica de *padronizar* o elemento humano, de recusar “em linha de princípio uma solução «caso a caso»” (*ibidem*, p. 738). Uma vez que o aparato predispõe o serviço conforme princípios formais, não somente os atos referidos à *produção* do serviço, mas também os referidos à sua *fruição* devem ser coerentes com tais princípios. Então, assim como os funcionários, também os *usuários* se encontram vinculados ao passo algorítmico, transformando em um “fenômeno de massa” a classificação e os círculos viciosos que a lhe acompanham.

⁶ A tensão entre “cliente” e funcionário, como um elemento do círculo vicioso que, mais em geral, se estabelece entre regras formais e poderes informais, foi analisada, entre os primeiros, por R. K. Merton (1995, p. 277-285).

idade da alta industrialização, não somente pela burocracia administrativa, mas em geral pela produção de bens, sejam eles materiais ou virtuais. O modelo da *produção em escala* se refletiu no mercado como consumos de massa, banalizando em classificações padrão até os objetos da produção cultural (Horkheimer e Adorno, 1947). Progressivamente, no setor da distribuição, os supermercados monopolizaram o comércio varejista, funcionando como uma linha de montagem cujo produto acabado era, e continua sendo, o carrinho cheio do cliente saindo dos caixas. A partir do supermercado, porém, aconteceu uma transformação cultural de extrema importância que acabou por engendrar uma formalização classificatória *decorrente especificamente do consumo* e, portanto, não somente oriunda da lógica organizacional da esfera produtiva. No *drugstore* – diz Baudrillard (2007) – o consumidor encontra-se, em um primeiro momento, ante uma fileira de objetos que o deixa sem referência, sem critério de escolha, suscitando nele “constrangimento de inércia”. Aí, o consumidor, “*de maneira lógica, encaminhar-se-á de objeto para objeto. Ver-se-á apanhando num cálculo de objeto*” cujo escopo é a maximização de sua posição pessoal na classificação social (*ibidem*, p. 17). Aqui, *tal como acontecia com a classificação burocrática, a classificação consumista gera círculos viciosos*. De fato, por ela o consumidor encontra-se inserido em um *feed-back* negativo: o sistema dos *media*, de um lado, age sobre a pretensão a uma *personalização* da diferença; de outro, proporciona modelos como referências para satisfazê-la (*ibidem*, pp. 125-126). Isso significa que o “cálculo dos objetos” (em vista da máxima lucratividade simbólica da compra) abre uma contradição entre a exigência pessoal de se diferenciar e as referências do cálculo, que são classificações padrão, isto é, «massificadas» pela indústria dos consumos. A reiterada procura de uma valorização individual através de outros atos de consumo acaba por reforçar o mesmo tipo de insatisfação que se quer derrotar (ou sedar), se apoiando ela, de forma mais ou menos consciente, sobre o “saber experto” da “moda”, que, porém, representa a origem e não a solução do problema.

As duas formas de classificação (e círculos viciosos) aqui destacadas alcançam, hoje, um domínio cultural sem precedente. Isso, por dois motivos. Em primeiro lugar, a crise do mundo da grande indústria impeliu uma virada para uma economia caracterizada pela expansão de serviços e de consumos (simbólicos). Em segundo lugar, nessa mesma

passagem, que Bauman (2001) chama de “modernidade sólida” para “modernidade líquida”, a classificação, deixando de se apresentar como elemento central da vida das grandes organizações, se torna um problema pessoal (embora afete grandes massas sociais), com evidente enfraquecimento do poder do indivíduo frente a ela.

e) *Os círculos viciosos da educação excludente*

As manifestações de rebelião e de reação violenta à exclusão são, na maioria dos casos (ver, na próxima seção, as relatadas por Kowarick), dirigidas contra os símbolos do consumo e do aparato burocrático. Destas manifestações, as que mais chamam atenção são as que lidam com esses últimos. De fato, enquanto é evidente o poder excludente do consumo, aquele da burocracia é, pelo menos, ambivalente, sendo que seria da administração pública (que, na maioria dos casos é organizada burocraticamente) a tarefa de permitir, e não de dificultar, a integração social. Em particular, o enfoque recai sobre as instituições prepostas à *educação* e aos serviços de *assistência social*. Nesse esforço de promover a integração, tais instituições se movem no plano da classificação, reproduzindo aquelas desigualdades que deveriam contrastar. As escolas que trabalham em contextos sociais de desvantagem não transferem *handicaps* aos alunos tão-somente pela incapacidade de oferecer um ensino de qualidade, como se achava até o início da década de 1990 (Lopes, 2005). Trata-se de um mecanismo de segmentação que atua de forma mais sutil e, contemporaneamente, mais brutal, lidando não com o conteúdo de conhecimentos e competências, mas com o próprio fato de a instituição pertencer a uma área socialmente desqualificada. O princípio da classificação ligada à lógica de processo é formal e não cuida dos conteúdos.

A teoria econômica do *capital humano* tem nisso *seu limite*. Essa teoria valoriza ao máximo o papel econômico da *formação* do indivíduo, interpretando-a como um investimento para o futuro, fundamental quer pelas aquisições de renda pessoal, quer para o ciclo econômico no seu complexo. Já uma vertente dessa teoria, a da *escola credencialista*, desloca a argumentação central para a classificação formal. O que interessaria ao empregador ao preferir trabalhadores com um melhor nível educacional não seria um

patrimônio de conhecimentos e competências que “não são diretamente observáveis no instante da decisão de contratação”, mas o fato de que boas *credenciais* educacionais constituiriam uma variável de triagem para centrar as escolhas em candidatos com “maior motivação pessoal, maior confiabilidade, maior capacidade de adaptação a regras institucionais, etc.” (Ramos e Reis, 1991, p. 29). Em outras palavras, as boas credenciais seriam, como tendência, o marco de uma melhor adaptabilidade do indivíduo a processos formais.

No entanto, como destacam Ramos e Reis, “embora veemente, a crítica credencialista não chega a abalar a essência da teoria do capital humano”; de fato, também ela aponta, “por um motivo ou por outro, diferenciais de renda associados à educação” (*ibidem*). Em certo sentido, o credencialismo poderia até ser considerado como uma vertente extrema dessa teoria, sendo que, para ele, já o simples valor «burocrático» da formação bastaria para induzir maiores possibilidades de obter rendas. Contudo, Ramos e Reis o colocam na mesma trilha dos modelos econômicos antagônicos à teoria do capital humano, os que postulam uma segmentação *a priori* do mercado do trabalho, a saber, dependente mais da área de proveniência – setorial e regional - da formação do que de seu valor *propriamente* educacional (*ibidem*, p. 29-30). O elemento de contigüidade entre o credencialismo e esses modelos está na hipótese de o valor de referência ser constituído pela capacidade do trabalhador de bem se integrar na organização das firmas; uma vez admitida essa prioridade, é imaginável que o mercado diferencie os trabalhadores pela proveniência geográfica e/ou social, tendendo a descartar ou a remunerar menos os que provêm de áreas e de instituições de ensino *socialmente* desqualificadas (*ibidem*, p. 30). Com base nessas teorias, pode-se deduzir que o baixo nível educacional que freqüentemente marca essas instituições funciona mais como um *signal* de desvantagem do que como um efetivo fator de exclusão econômico-social, ao passo que o aspecto *formal* de sua existência – área geográfica, social e setorial de pertencimento - constitui um fator excludente efetivo, não apenas simbólico, mas de fato operante no mercado. A classificação formal que atua no mundo do trabalho se reflete no mundo social, gerando “estigmas” dos quais os portadores são conscientes e cuja «marcação» é executada, de forma principal, pelos aparatos burocráticos.

d) Os círculos viciosos da pobreza «classificada»

Em todas as formas de pobreza, há – do ponto de vista do indivíduo (ponto de vista micro-sociológico) - incompreensão ou desconfiança quanto aos princípios que regulam os aparatos burocráticos e – do ponto de vista da ação coletiva (macro-sociológico) - uma tendência desses aparatos a consolidar a desigualdade social, em lugar de combatê-la. Serge Paugam subdivide a pobreza em três tipos ideais: a *pobreza integrada*, a *pobreza desqualificante* e a *pobreza marginal* (1999, p. 85). A pobreza integrada é caracterizada por atingir uma grande parte da população na sociedade. Os pobres formam um grupo social vasto e, por isso, não há mecanismos de “estigmatização”. Todavia, do relatório de Paugam pode-se retirar como, nos países do Sul da Europa - que, tipicamente, apresentam pobreza integrada -, os princípios “racionais” da burocracia não são aceitos, nem sequer percebidos. A existência e os atos das instituições são considerados mais como expedientes para ganhar renda (de forma imprópria) que como recursos para alcançar a integração social. O clientelismo é o mecanismo pelo qual no sul da Itália, por exemplo, há esse «esvaziamento» do sentido legal da burocracia. Prevalece uma visão *patrimonial* do cargo público que liga, como assinalado por Paugam, o recebimento de uma assistência (na maioria dos casos, em dinheiro) a um sistema de troca de favores (*ibidem*, p. 94-95), freqüentemente ligado a competições eleitorais, mas em geral fundamentado na superioridade da relação pessoal e de afiliação comunitária sobre a relação burocrático-legal. O círculo vicioso que, em geral, se estabelece entre classificação formal e poderes informais é, nesse caso, representado pelo fato de a classificação de pobre, aplicada pelos aparatos, permitir a manutenção de mecanismos sociais de caráter feudal, se tornando, assim, um potente instrumento de reprodução das condições sociais que originaram essa mesma pobreza.

Poderia se achar, por esse exemplo do caso do Sul da Europa, que esse caráter da burocracia de funcionar como um meio de reprodução da pobreza seja ligado apenas a situações de atraso histórico-social e que ali o instrumento burocrático acabe por desatender sua tarefa somente em consequência do geral estado pré-moderno da cultura e das seculares sedimentações econômico-sociais. Mas tomemos o caso dos EUA: cultura puritana e

máximo desenvolvimento – em sentido moderno – do planeta. Aqui mesmo, e de forma mais evidente, a classificação formal de pobre conduziu a reforçar aquelas específicas posições socialmente problemáticas que teriam devido solucionar. As medidas assistenciais dos governos democráticos da década de 1960 catalisaram os comportamentos sociais dos pobres ao redor das figuras formalmente definidas como merecedoras de suportes econômicos. As ajudas a desempregados e a mães solteiras afrodescendentes causaram uma tendência nos indivíduos das camadas baixas a permanecerem desempregados e a se não casarem caso tivessem filhos, permitindo que - “culpando as vítimas” por uma suposta inclinação à indolência - os setores conservadores pudessem defender a inutilidade de qualquer forma de política de bem estar (Kowarick, 2003, p. 62-69).

A segunda tipologia de pobreza apontada por Paugam é a *desqualificante*, isto é, a afetada por um processo de progressiva perda de seguranças econômicas e laços sociais. É o tipo de pobreza que mais emerge em nossa época de “acumulação flexível”, onde as pessoas, “repelidas pela esfera produtiva, [...] acumulam diversas desvantagens”. A renda insuficiente leva frequentemente a um enfraquecimento dos laços familiares e das redes sociais privadas de mútua assistência, causando problemas de moradia e de defesa da saúde e “uma participação inconstante em toda forma de vida social institucionalizada” (Paugam, 1999, p. 99-100). Paugam liga essa perda progressiva de laços sociais ao conceito de Marcel Mauss da reciprocidade das “dádivas” como sistema de engajamento social. “Parece que a questão da solidariedade se destaca ao se aproximar da noção de *dar, receber e devolver (dar/receber de volta)*”. Isto é, “uma relação de solidariedade será tanto mais forte quanto mais desenvolvida for a relação de reciprocidade”. É por isso que as pesquisas relevam uma esquisita proporcionalidade inversa, segundo a qual os “trabalhadores desempregados por pouco tempo [...] são os que recebem mais grau de auxílio” e, “os desempregados por mais tempo recebem menos ajuda da família” (*ibidem*, p. 107-108).

Em uma sociedade na qual a classificação formal invade, como vimos acima, a vida privada através do consumismo e da lógica de processo, o sujeito envolvido em uma trajetória de desqualificação vê se confirmar sua condição de «insolvente social» a cada momento. Ele não pode restituir o que precisaria pedir, não constitui uma referência confiável para os outros e, por isso, na vida destes últimos, ele é uma existência marginal.

Como Paugam destaca (*ibidem*, p. 100), o desqualificado tem os instrumentos para decodificar a linguagem classificatória melhor que os que vivem a exclusão como condição estável e atávica. Ele percebe seu estar *fora* do sistema. Pode reagir com a violência urbana, assinalada por Kowarick (2003, p. 71-72), furtando e queimando automóveis de luxo, como no caso emblemático do verão do 1981 na periferia de Lyon, ou voltando sua cólera contra “os agentes públicos, professores, assistentes sociais” e a polícia. Todos símbolos de consumo e de ordem burocrática. Ou pode rejeitar a assistência social pelo próprio fato de a assistência se tornar um estigma marcante no conjunto de suas relações com os outros. Falando sobre a pobreza como processo de desqualificação social Paugam diz (1999, p. 64):

Os pobres são, por conseqüências, mais ou menos constringidos a viver sua situação em isolamento. Procuram dissimular a inferioridade de sua posição em sua vizinhança (entorno) e mantêm relações distantes com aqueles que estão próximos de sua condição. A humilhação lhes impede de desenvolver qualquer sentimento de pertinência a uma classe social.

O consumismo e a burocracia impelem o desqualificado rumo ao pólo «negativo» de sua tensão moral e social. Entre a possibilidade da reintegração e o abismo da exclusão, a classificação formal gera uma força de inércia na direção da segunda. Ela propõe uma visão do mundo que fixa e amplia os próprios mecanismos sociais dos quais o sujeito desqualificado é vítima, dramatizando e reduzindo a tais mecanismos a interpretação de sua trajetória de vida.

O último tipo de pobreza é a que Paugam chama de *marginalizada*. Este tipo de pobre é o que está já «fora do sistema». Na Europa trata-se de grupos restritos e fortemente estigmatizados, como acontece nos países escandinavos: eles são “casos sociais” (*ibidem*, p. 86). Em certo sentido, seria exatamente nesse tipo de pobreza que até a intervenção dos aparatos burocráticos poderiam alcançar alguns resultados, sendo que a capacidade dos marginalizados de entender a linguagem classificatória é menor do que nos outros casos - por causa do estado de miséria de sua infância e pela sua constante exclusão dos mecanismos de engajamento social (*ibidem*, p. 100). Medidas de ajuda econômica, como a renda mínima

de inserção (RMI), obtiveram bons resultados, permitindo a algumas pessoas “resgatar um pouco de dignidade” (*ibidem*, p. 75). No entanto, também nesses casos, a falta de instrumentos socioculturais condena os assistidos a permanecer vinculados à tutela dos serviços sociais e, por isso mesmo, a não sair da definição de pobres. Mas existe um problema classificatório ainda maior. O próprio fato deste tipo de pobreza ser marginal age de maneira que o debate social desemboque em vias diferentes daquelas que levam para ela. “Na consciência coletiva”, os indivíduos que estão na condição de marginalização “são [...] os *inaptos* à civilização moderna”. Então, a pobreza marginal se torna relevante não por constituir um problema social em si, mas por representar um evidente sinal dos “fracassos do sistema” (*ibidem*, p. 99).

Em conclusão. A pobreza é recursiva, “auto-reprodutiva”, assim como a lógica que está na base da cultura moderna. Em certo sentido, o processo recursivo é uma forma de procedimento *tautológico*, evidente como *verdade*, mas estéril do ponto de vista das exigências de *mudança*. Se os mecanismos *tautológicos* dessa lógica constituíram, na alvorada da Idade Moderna, a descoberta de um novo princípio de certeza baseado na *evidência mental* (em invés de ser baseado na imanência do indivíduo concreto), no mundo da prática social eles sofrem freqüentemente a degradação classificatória. A tautologia pode se tornar, aqui, uma coação a repetir mecanismos perversos, condenando os “classificados” a permanecer em sua condição, apesar da aparente dinamicidade dos processos.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Z.

1999 *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar.

2001 *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BAUDRILLARD, J.

2007 *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.

BLAU, P. M.

1956 *Bureaucracy in Modern Society*, New York, Random House; trad. it, *La burocrazia nella società moderna*, Roma, Armando, 1965.

BLAU, P. M. e SCOTT, R. W.

- 1962 *Formal Organization: A Comparative Approach*, San Francisco, Chandler Publishing Company.
- BOURDIEU, P.
2007 *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP.
- CASSIRER, E.
1976 *Storia della filosofia moderna*. Vol. I. Roma: Newton Compton.
1973 *Sostanza e funzione*. Firenze: La Nuova Italia.
- CIPOLLA, C. M..
2005 *Le macchine del tempo*. Bologna: Il Mulino.
1984 *História econômica da Europa pré-industrial*. Lisboa: Edições 70.
- CROSBY, A. W.
1999 *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600*. São Paulo: Unesp.
- CROZIER, M.
1981 *O fenômeno burocrático*. Brasília: Universidade de Brasília.
- DAVIS, M.
1975 *Computabilità e insolubilità*. Roma: Abete.
- GALILEI.
1980 *Opere*. Vol. II. Torino: Utet.
- GIDDENS, A.
1991 *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
2003 *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- HABERMAS, J.
1987 *Teoría de la acción comunicativa*. V. II. Madrid: Taurus Ediciones.
- HARVEY, D.
1992 *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HOFSTADTER, D. R.
1994 *Gödel, Escher, Bach*. Milano: Adelphi.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, Th. W.
1947 *Dialektik der Aufklärung*, Amsterdam, Querido.
- JOHNSTON, R e LAWRENCE, P. R.
1988 *Beyond vertical integration – the rise of the value-adding partnership*, in «Harvard Business Review», July-August, pp. 94-101.
- KAKU, M.
2004 *Iperspazio*. Savona: Macro.
- KOWARICK, L.
2003 “Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil”. Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo, vol. 18, n. 51, p. 61-85.
- LASH, S.
1997 *A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade*. In: GIDDENS, Anthony. BECK, Ulrich. LASH, Scott. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Unesp.
- LE GOFF, J.
1980 *Para um novo conceito de Idade Media*. Lisboa: Editorial Estampa.
- LOPES, J. R.

- 2005 *Mundo em descontrolo*. Texto não publicado. Versão revista da palestra proferida pelo autor no Seminário “Sociedade e desigualdade: o que a escola tem a ver com isso?”, promovido pela ONG Povoação – Educação Cidadã e realizado na Escola Mestre, no município de Alvorada, RS, set./out.
- MENDELSON, E.
1981 *Introduzione alla logica matematica*. Torino: Boringhieri.
- MERTON, R. K.
1995 *Teoría y estructura sociales*. México: Fondo de cultura econômica.
- PAUGAM, S.
1999 *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. VERAS, Maura (ed.). São Paulo: EDUC.
- PORTER, M. E.
1985 *Competitive Advantage*, New York, Free Press.
- SELZNICK, Ph.
1948 *Foundations of the Theory of Organization*, in «American Sociological Review», 13, pp. 25-35.
- RAMOS, L. R. A.; REIS ALMEIDA, J. G., de.
1991 “Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil”, in: CAMARGO, J. M. (org.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, E. P.
1967 “Time, Work-discipline, and Industrial Capitalism”. *Past & Present*. December, n. 38, p. 57-97.
- WEBER, M.
1999 *Economia y sociedad*. México: Fondo de cultura econômica.